



A HISTÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA NARRATIVA BRASILEIRA

Bruno G. Bernardes

*Observatório Político
Universidade de Estocolmo*

O Partido dos Trabalhadores atravessou um período de profundas transformações organizacionais e ideológicas, o que coincidiu com a vitória nas presidenciais de 2002. Até esse ano, a sua história demonstra de que forma as lutas internas entre tendências ajudariam a recriar um partido institucional e ideologicamente centralizado, ou seja, tudo aquilo que paradoxalmente criticou desde o início. Desta forma, argumenta-se que o Partido dos Trabalhadores acompanhou os processos históricos que moldaram ideológica e institucionalmente os partidos brasileiros.

A política comparada na América Latina encontra dificuldades de integração. Se, por um lado, surge o interesse pelos estudos de área, por outro enfatiza-se as diferenças entre sub-regiões¹, dando azo à proliferação de modelos e discursos diferenciadores. Para o caso do estudo dos partidos e sistemas partidários latino-americanos, Kitschelt et al.² considera que estes demonstram sinais de consolidação e institucionalização como aqueles encontrados nas democracias mais antigas. No entanto, considera também que os sistemas partidários apresentam, por um lado, elementos e dinâmicas próprias que os diferenciam dos europeus e, por outro, entre eles. Este jogo entre similitudes e distinções radica na relação entre o método comparativo e os estudos de caso.

Se no início do debate acerca dos modelos comparados proliferaram os métodos quantitativos³, nos últimos anos a metodologia tem tentado integrar as micro-realidades no macro, reconhecendo o papel dos indivíduos e do individual nas estruturas históricas⁴. O que estes estudos demonstram é que a inclusão do estudo de caso nas ciências sociais e particularmente na ciência

¹ Patrício, Raquel (2012). *Estudos de Área: América Latina*. Lisboa: ISCSP.

² Kitschelt, Herbert, Hawkins, Kirk A., Luna, Juan Pablo, Rosas, Guillermo e Zechmeister, Elizabeth J. (2010). *Latin American Party Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

³ Lijphart, Arend (1971). "Comparative politics and the comparative method". *The American political science review*. Vol. 65, n. 3. 682-693.

⁴ Mahoney, James e Rueschemeyer, Dietrich (2003). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.

política, radica nas alterações epistemológicas e ontológicas que tornam os estudos cada vez mais contextuais, relativistas e generalizáveis⁵. Seguindo Franzese⁶, estamos num plano em que literalmente “tudo causa tudo”, cabendo ao investigador selecionar um método e dele extrair o que de melhor tem, sem nunca esquecer as suas limitações. Se é verdade que o estudo de caso sugere um retorno à lógica explicativa da historiografia a partir da análise de mecanismos causais, também é verdade que a pesquisa em ciências sociais tem evoluído no sentido de cruzar diferentes métodos e perspectivas⁷. Desta forma, importa utilizar o melhor dos dois mundos, para que não se esqueçam os contributos contextuais locais e o contexto regional e internacional. Tal como considera Schmitter “we have to take the world as it is, observe its myriad similarities and differences and, then, infer patterns of causality from simultaneous or time-lagged occurrences.”⁸

Na América Latina viveram-se períodos de enorme agitação política e consequentes golpes militares e intervenções externas. No Brasil, o passado de intervenção militar foi originado pela desconfiança das elites e de alguma classe média pelos movimentos populares e sociais. Daqui resultaram preconceitos metodológicos e teóricos que radicam nas teorias da democratização na América Latina que, por exemplo, se focaram demasiado nas elites, esquecendo os movimentos sociais⁹; é por causa dessa herança teórica que outros autores identificam os sistemas partidários e os partidos latino-americanos como dispersos, em vias de consolidação, fragmentados ou desligados de uma base social¹⁰. Estas perspectivas puseram em causa a capacidade das elites, dos novos partidos e dos movimentos sociais gerarem dinâmicas democráticas¹¹, sendo complacentes com os regimes autoritários. Neste sentido, prefiro entender as alterações nas organizações partidárias como resultantes da relação com o Estado e com o contexto político-social¹².

⁵ Dogan, Mattei (2002). “Strategies in comparative sociology”. *Comparative sociology*, vol. 1. n. 1. 63-92. Flyvbjerg, B. (1997). *The Aalborg study: case selection and data collection*. Aalborg: Aalborg University. Riddin, Lee Peter (2006). “You can generalize stupid! Social scientists, Bent Flyvbjerg and case study methodology”. *Qualitative inquiry*, vol. 12. n. 4. 797-812.

⁶ Franzese Jr., Robert J. (2009). “Multi-causality, context-conditionality, and endogeneity”, in Stokes, Susan C. e Boix, Carles, *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press.

⁷ George, Alexander L. e Bennett, Andrew (2005). *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: Harvard University.

⁸ Schmitter, Philippe (2006). *The nature and future of comparative politics*. Florence: EUI.

⁹ Geddes, Barbara (2001). “O que sabemos sobre democratização?” *Opinião Pública*, vol. VII, nº 2, 221-252.

¹⁰ Mainwaring, Scott (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.

¹¹ Di Tella, Torcuato S. (2004). *History of political parties in twentieth-century Latin America*. New Brunswick: Transaction. p. 283.

¹² O'Donnell, Guillermo, op. Cit.



Aplicando este argumento ao presente cabe-nos evidenciar que padrões resultam da análise da história do PT desde a sua fundação até ao segundo governo Lula (2006-2010), tendo em conta, por um lado, os padrões regionais e internacionais e, por outro, as especificidades da sua institucionalização, enquanto organização partidária e agremiação ideológica. Estes padrões referem-se a associações entre a literatura ocidental sobre partidos, organizações partidárias e evoluções ideológicas e a literatura sulista. Já as diferenças refletem o espaço próprio da América Latina¹³ e, mais especificamente, a tradição brasilianista, como contributos na construção de modelos de política comparada.

HISTÓRIA E TEORIA DOS PARTIDOS: ESTADO DA ARTE E INCLUSÃO SULISTA

A evolução da teoria dos partidos depende, em grande medida, das teorias da democratização não só porque a emergência dos partidos corresponde à emergência da democracia, como também a sua institucionalização acompanhou momentos de abertura democrática como o sufrágio universal. A América Latina não é exceção, tendo sido das primeiras regiões onde surgiram organizações partidárias. No entanto, a estabilidade democrática na Europa central e do norte, na América do Norte e no Japão tornou estas regiões excelentes laboratórios para o estudo do fenómeno partidário. Daí que os modelos de partidos se tenham focado na consolidação democrática e na convergência centrista das clivagens eleitorais¹⁴ como fatores de mudança organizacional. Os diferentes modelos de partidos contaram com os contextos políticos da sua época e com as exigências da governação, do eleitorado e do pensamento ideológico. Isto é o que parece indicar Duverger quando considera que a emergência dos partidos de massas deveu-se às exigências do sufrágio universal e às clivagens sociais suscitadas na época, pondo em causa os partidos de notáveis e de quadros¹⁵. As identidades políticas construídas pelos partidos de massas ajudariam a institucionalizar uma dinâmica fechada de competição partidária. No entanto, logo na década de 1970 Otto Kirchheimer identificava um novo modelo organizacional ao qual deu o nome de “catch-all”. Tal como Duverger, Kirchheimer pôs em evidência um novo contexto democrático onde deixaram de proliferar as clivagens sociais e económicas, o que permitiu aos partidos mobilizar transversalmente um maior número de

¹³ Kitschelt, Herbert et al. Op. Cit. p. 2. Patrício, Raquel, op. Cit. pp. 22-27.

¹⁴ Bernardes, Bruno (2012). “O caminho do meio ou o princípio da incerteza: diálogos ao centro entre esquerda e direita” in Correia, Victor. *A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.

¹⁵ Jalali, Carlos (2009). *Partidos e democracia em Portugal (1974-2005)*. Lisboa: ICS. Mair, Peter (ed.) (1990). *The west European party system*. Oxford: Oxford University Press. Teixeira, Maria Conceição Pequito (2009). *O povo semi-soberano: partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina.



eleitores, enquanto se diluiu a organização interna com o reforço das lideranças¹⁶. O aparecimento dos partidos *catch-all* acompanha o que a escola de Leiden classifica como a oposição entre a origem social e institucional dos partidos¹⁷ e o “equilíbrio de competição” dos sistemas partidários¹⁸. É neste debate que Katz e Mair avançaram com o modelo de partido cartel, um tipo de organização completamente institucionalizada, virada para o Estado e para a conquista e perpetuação nas estruturas de poder.

Na literatura brasileira estes modelos têm sido incorporados de forma a se entender a evolução histórica dos partidos, sempre com o duplo intuito de introduzir o Brasil na realidade democrática mundial e trazer elementos diferenciadores. Não é por acaso que no início da virada democrática, Afonso Arinos de Melo Franco¹⁹ considera que “manter a democracia significa para o Brasil, cultivar e robustecer a instituição dos partidos, que tão dificilmente se afirmou e progrediu”. Em 1981 já David Fleischer apelava para a proliferação de estudos de caso regional de forma a evidenciar e aprofundar diferentes contextos sociais e políticos²⁰. Tal como considera uma parte significativa da literatura brasileira, o enfoque na falta de tradição partidária²¹ e a importância das elites são vistas como obstáculos à consolidação dos partidos. Seriam os contributos da escola sociológica brasileira²² que estabeleceriam a tradição da visão de dependência da sociedade face ao Estado, o que se repercutiria nos partidos e nos tipos de mobilização política e social²³. Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso afirma que,

“nunca, entretanto, nem no auge dos momentos anteriores de mobilização, pode-se dizer que os partidos se tenham aberto à participação e ao controlo das massas. Mais tarde, nem sequer a participação simbólica através das lideranças carismáticas ou a momentânea, nos grupos e eleições, foi encorajadora.”²⁴

¹⁶ Lisi, Marco (2009). *A arte de ser indispensável. Líder e organização no partido socialista português*. Lisboa: ICS. Mair, Peter, op. Cit.

¹⁷ Van Biezen, Ingrid (1998). “Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias”. *Análise social*, vol. XXXIII (148), 685-708.

¹⁸ Mair, Peter, op. Cit.

¹⁹ Franco, Afonso Arinos de Melo (1974). *História e teoria dos partidos políticos brasileiros*. 3ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

²⁰ Fleischer, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. 2 vols. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

²¹ Lewis, Paul e Pridham, Geoffrey (1996). *Stabilising fragile democracies. Political parties and the transition to democracy*. London: Routledge.

²² Entre outros: Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Hollanda, Florestan Fernandes e Victor Nunes Leal.

²³ Souza, Maria do Carmo Campello de (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

²⁴ Cardoso, Fernando Henrique (1981). “Os partidos políticos e a participação popular” in Fleischer, David, op. Cit. p. 53.



No entanto, as novas instituições democráticas alteraram a visão politológica sobre a mobilização partidária e a estrutura do sistema partidário. Maria D'Alva Kinzo²⁵ considera que os partidos brasileiros sucumbem ao poder personalista dos candidatos. Um exemplo disso foi o apoio que o candidato presidencial Enéas Carneiro obteve em 1994 em São Paulo e Rio de Janeiro, coisa que não se repetiu para o seu partido, o PRONA, para a Câmara dos Deputados. No entanto, o próprio caso de Enéas demonstra de que forma os apoios locais e estaduais são importantes para fidelizar determinados candidatos.

Fenómenos como a migração partidária, a complexidade do sistema eleitoral, as lideranças carismáticas e personalistas e os apoios estaduais, apelam para uma visão mais aberta e inclusiva do fenômeno partidário brasileiro para além da comparação dos índices de volatilidade eleitoral²⁶. Como considera Kinzo²⁷, o baixo índice de identificação partidária está correlacionado ao baixo nível de educação e à complexidade dos mecanismos de competição eleitoral o que, agravado pelas enormes clivagens entre camadas sociais, reafirma um divórcio entre a classe política e a sociedade civil, o que é aliás exposto nos fracos laços partidários. Jairo Nicolau e Rachel Meneguello²⁸ consideraram que a fragmentação partidária é um elemento importante para contrabalançar o poder do Presidente através das coligações que este é obrigado a fazer no legislativo e no executivo. Jairo Nicolau chega a considerar que nas eleições de 1994 já existem elementos para uma consolidação sistémica em torno de sete partidos. Na mesma linha, Leôncio Martins Rodrigues²⁹ conclui a existência de um quadro de mobilização partidária ideologicamente definida, tanto na disposição social do voto como na caracterização social dos deputados da Câmara de 1998.

Torcuato Di Tella³⁰ considera que é necessária a integração do discurso desenvolvimentista para se entender os partidos latino-americanos. Este debate tem sofrido alterações no início da década passada com a chegada ao poder de outras classes socioeconómicas e a consolidação de governos de esquerda e centro esquerda³¹. Esta “reviravolta ideológica” corresponde ao fracasso do “modelo do internacionalismo liberal associado à globalização” e a

²⁵ Kinzo, Maria D'Alva (2004). “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. *Revista brasileira de ciências sociais*. 19 n.º 54.

²⁶ Bernardes, Bruno (2011). *Catch-all parties and social policies between transition and consolidation: the Portuguese and Brazilian cases in comparative perspective*. Stockholm University. pp. 31-34.

²⁷ Kinzo, Maria D'Alva, op. Cit.

²⁸ Nicolau, Jairo (1996). *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-1994*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Meneguello, Rachel, op. Cit.

²⁹ Rodrigues, Leôncio Martins (2002). “Partidos, ideologia e composição social: partidos, ideologia e composição social”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, no. 48, 31-47.

³⁰ Di Tella, Torcuato S., op. Cit.

³¹ Patrício, Raquel, *ibidem*, pp. 235-237.



uma progressiva integração de “continuidades institucionais” e de políticas liberais nos partidos de esquerda no poder³².

No entanto, e como frisa Malamud, não se pode falar de uma viragem à esquerda visto que estes governos não possuem coerência ideológica entre si. Esta falta de coerência não é característica da América Latina mas da própria natureza das divergências/convergências ideológicas ao longo da história. No entanto, estas ganham características próprias nesta região. Tal como as ideias económicas encontraram autonomia autóctone³³, as ideologias políticas se bem que de origem ocidental acabaram por ter expressão e confluências próprias dos Estados e das relações de poder nele gerados tanto à margem como no epicentro. A multiplicidade de movimentos e polarizações produziram uma mescla de movimentos e partidos que desde cedo abraçaram ideologias tão contrárias como se viu, por exemplo, no Varguismo.

No caso brasileiro, a escola sociológica teve outra vez um importante contributo. Desta forma, Cardoso escrevia que, “os grandes partidos persistiam metamorfoseando-se em organizações incrustadas no aparelho de estado para fazer o intercâmbio típico do sistema clientelístico (...) Foi através desta mescla entre eleitoralismo – às vezes populista – e clientelismo estatal que os partidos políticos sem cunho ideológico sobreviveram.”³⁴ Seguindo este raciocínio, Maria Campello de Souza³⁵ considerou que historicamente os partidos brasileiros tendem a concentrar-se no “vasto centro”, não querendo nunca fidelizar-se ideologicamente para não perder eleitorado. Não é por acaso que ainda antes da transição democrática, Fleischer e Wesson³⁶ considerem o PMDB como uma agremiação sem ideologia institucionalizada, um partido virado para a conquista do Estado. No entanto, e como argumentarei ao longo deste artigo, de forma a entender-se os partidos brasileiros é necessária uma visão sincrética e plural capaz de produzir modelos autóctones. Isto é o que a história do PT demonstra.

GÉNESE E INTEGRAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PT nasce a par dos movimentos sociais e sindicalistas opositores à ditadura militar. Não é por acaso que o seu arranque simbólico tenha lugar no ABC de São Paulo, região industrial com os índices de sindicalização mais altos do

³² Malamud, Andres (2009). “Fragmentação e divergência na América Latina”. *Relações Internacionais*, Dezembro, nº 24. p.63.

³³ Love, Joseph L. (1994). “Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930” in Bethel, Leslie (ed.), *The Cambridge history of Latin America*, vol. 6 Part 1. Cambridge: Cambridge University Press. p. 393.

³⁴ Cardoso, Fernando Henrique, op. Cit. p. 48.

³⁵ Souza, Maria Campello de, op. Cit.

³⁶ Fleischer, David e Wesson, Robert (1983). *Brazil in transition*. New York: Praeger.



Brasil³⁷. No entanto, o PT não é apenas um partido de sindicalistas pois desde cedo integrou diferentes movimentos políticos, sociais e religiosos³⁸. Esta integração pluralista demonstra desde logo um problema de definição ideológica que é intrínseco ao partido. Esta indefinição prende-se com a história e organização territorial do Brasil. Gerir um partido de cariz nacional está dependente das múltiplas sensibilidades locais, lideranças, movimentos, organizações e diferentes apelos de mobilização política; como é óbvio o PT não esteve nem está livre destas variáveis.

Quando em 1979 o regime militar só admitiu a competição eleitoral de organizações com a denominação “partido”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que até então tinha agremiado diferentes grupos e sensibilidades políticas opositoras ao regime³⁹ passa a designar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Grupos que integravam o MDB logo formariam partidos novos, não querendo integrar-se no PMDB que cedo se tornaria um partido clientelar de transição e ligação ao regime anterior. No caso do PT, além da importância de ex-emedebistas, podemos apontar pelo menos mais cinco fontes ideológicas e organizacionais: o novo sindicalismo, os movimentos influenciados pela teologia da libertação, intelectuais de diversas origens, militantes trotskistas e grupos integrantes da luta armada à ditadura⁴⁰. A “capilaridade social” dos movimentos sociais nas “periferias das grandes e médias cidades e nas áreas de conflito rural” constituem o que André Singer considera a base de um partido ideológico “consolidado em torno de interesses organizados, de intelectuais e da classe média urbana progressista”⁴¹. A originalidade do PT no cenário partidário brasileiro não tem que ver com a sua natureza de partido de massas mas com o cruzamento específico de movimentos, organizações e individualidades⁴². O legado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do período parlamentar (1946-1964) teriam um impacto enorme na organização de massas com aspirações originais, multiclassistas e ideologicamente transversais. A fundação do PT em 1980 no colégio Sion em São Paulo, enfatizou, por um lado, o desligamento do partido face ao socialismo soviético e, por outro, o afastamento do populismo da experiência multipartidária de 1946. Ambas as características remetem para a consciência que pela geografia eleitoral do Brasil e pela integração multiclassista, o PT não poderia ser uma agremiação centralizada. Como considera Secco, “o PT nasceu num solo histórico caracterizado pela dispersão, pelas lonjuras fatigantes, pelas dificuldades de comunicação e por violências

³⁷ Fausto, Boris (2007). *História do Brasil*. 12ª edição. São Paulo: Edições Universidade de São Paulo.

³⁸ Secco, Lincoln (2011). *A história do PT*. São Paulo: Ateliê Editora. pp. 43-49.

³⁹ Fausto, Boris, op. Cit. pp. 506-507. Fleischer, David, op. Cit.

⁴⁰ Secco, Lincoln, op. Cit. p. 26.

⁴¹ Singer, André (2010). “A segunda alma do partido dos trabalhadores”. *Novos Estudos*, Novembro. p. 94.

⁴² Secco, Lincoln, *ibidem*. pp. 31-33.



assustadoras.”⁴³. No entanto, cedo confluíram solidariedades locais, familiares e tendências ideológicas que colocaram o PT na rota das narrativas políticas brasileiras.

Logo entre o segundo Encontro Nacional (1982) e o terceiro (1984), os núcleos locais perdem influência sobre as unidades distritais e estaduais e em 1984 as alas moderadas do partido acabariam por rejeitar propostas de empoderamento dos núcleos, negando desta forma o objetivo ideológico e organizativo inicial de dar poder aos militantes de base. Aliás esta luta interna e organizativa entre um partido ideológica e geograficamente plural mas organizativamente centralizado corresponde a uma tentativa de um grupo não estritamente organizado de controlar o partido e pragmatizar a sua ideologia. Não é por acaso que logo após ter sido aclamado o direito às tendências internas em 1990, a Articulação fundada em torno de Lula e contando com homens de sua confiança como José Dirceu, tenha dominado as “teses guias” que saíam dos encontros nacionais. Desta forma, a par da multiplicidade ideológica, o PT viveu desde a sua fundação um conflito entre centralização e descentralização institucional. Tal como refere Secco, “o militante participava, no fundo, de dois partidos e tinha duas camisas”⁴⁴. Enquanto centros de formação política, as tendências ajudariam o partido a manter a sua natureza multi-ideológica. Esta reorganização interna aconteceria durante a campanha “diretas já!”, quando o PT seria ofuscado pelo PMDB. Isolado depois pelo Plano Cruzado (1986) e pela “aversão às alianças amplas”⁴⁵, a estrutura interna do partido saída do quinto encontro nacional (1987) procura já ultrapassar a natureza de massas do PT, trabalho esse que é encabeçado pelo pragmatismo da Articulação. Como considera Lincoln Secco, a Articulação passaria a defender a “necessidade de se organizar para enfrentar a esquerda”, ultrapassando as várias tendências a partir da centralização e de uma perspectiva pragmática.

A ASCENÇÃO AO EXECUTIVO NACIONAL

Ensombreada pela queda do muro de Berlim, a campanha presidencial de 1989 opôs no segundo turno Lula e Collor de Melo. A ironia da vitória de Collor é que a chamada campanha “anti-Lula” partiu de argumentos que contrariam a própria história do PT. Tendo sido conotado com o soviétismo e com um radicalismo unívoco, Lula e o PT foram incapazes de ultrapassar eleitoralmente as consequências desta mitologia. Mesmo tendo descartado as palavras “socialismo” e “imperialismo” do programa económico, o discurso mais amplo produzido na campanha de 1989 demonstra que se procurou separar pela primeira vez o lulismo do petismo, coisa que não deixava de interessar a membros da Articulação que queriam centralizar o partido, e a

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 76.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 100.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 118.



membros das tendências que alimentavam o espírito de pluralidade intrapartidária. Este argumento parece ir ao encontro da multiplicidade ideológica do PT, visto que este “nunca teve um congresso como o do SPD alemão em Bad Godsberg para renegar o marxismo”. Desta forma, a sua transformação organizativa e ideológica (quero dizer do seu discurso final ou das “teses guia”), “se deu de forma molecular especialmente durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso”⁴⁶.

O período que vai de 1989 a 2002 é, grosso modo, de recalibramento ideológico e consolidação e socialização face ao sistema partidário. A consolidação da Articulação e do lulismo foram os grandes fatores que contribuíram para este recalibramento, o que equivale à alteração da mobilização eleitoral. Este período de “oposição parlamentar” viu, logo no início da década de 1990, um debate contra o marxismo⁴⁷, pese embora o debate interno não tenha abalado a institucionalização de uma oposição petista que ultrapassou partidos à sua esquerda, enquanto negava a adoção dos princípios social-democratas. Isto é o que acontece já no VII Encontro Nacional onde a tese guia vencedora da Articulação defendia um “socialismo que fosse produto da radicalização da democracia”⁴⁸. No entanto, e tal como argumenta Lincoln Secco, o PT continuou a não fixar-se ideologicamente. Neste sentido, venceria a tese sincrética espelhada na Articulação, tese essa que não só acompanha a história ideológica brasileira.

A consolidação e socialização do PT face ao sistema partidário ditam a adaptação do partido às exigências da estratégia de oposição e de alianças durante este período. Se não existem dúvidas dentro do PT em relação ao *impeachment* de Collor, o mesmo já não acontece no apoio às políticas de Itamar Franco, especialmente em relação ao Plano Real. Alguns queriam participar no governo e Luiza Erundina, antiga prefeita de São Paulo, chegou a fazê-lo o que lhe custou a expulsão do partido. Não é pois por acaso que a Articulação de Esquerda e já não a Articulação ganhasse as eleições internas no VIII Encontro Nacional. Esta vitória seria uma oportunidade para a Articulação aprender mais sobre a dinâmica interna do PT ao mesmo tempo que Lula e o seu círculo ganharam autonomia própria. Face à aproximação social-democrata e liberal-social do PSDB, as lutas entre as correntes pragmáticas, muitas delas com raízes nas administrações municipais petistas e a direção esquerdista, levaria o partido a aprovar no IX Encontro uma política de centralização, subordinando as bancadas parlamentares “às decisões da direção partidária”⁴⁹. No entanto, estas alterações organizacionais e a campanha de Lula não foram capazes de vencer a galvanização do Plano Real ao qual Fernando Henrique Cardoso estava intimamente ligado.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 25.

⁴⁷ Secco, Lincoln, op. Cit. p. 147.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 153.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 171.



Outras transformações organizacionais ditam a nova natureza do PT entre o primeiro mandato de Cardoso e a vitória eleitoral de 2002. Transformações que, no meu entender, acompanham a natureza do sistema partidário e as alterações políticas do sistema político brasileiro. Por um lado, a profissionalização política e o abandono de militantes voluntários prepara o PT para lutas internas desideologizadas e baseadas em nomeações políticas, ao mesmo tempo que a institucionalização das eleições diretas assenta o tapete para a hegemonia de José Dirceu. Tal como nos diz Lincoln Secco, “sacramentava-se uma dupla que Lula há muito procurava. Alguém que pudesse domesticar o PT enquanto ele se dedicava às ruas.”⁵⁰ Estas transformações correspondiam à necessidade que as tendências pragmáticas tinham de moderar o discurso petista, tornando-o mais próximo da social-democracia⁵¹. Pensavam estes que os tempos de partido de massas radical deveria dar lugar a um partido de discurso amplo capaz de galvanizar não só a classe média urbana e escolarizada como parte da elite que não se revia no PT desde 1989. Esta parece ser a estratégia seguida entre 1998 e 2002 quando Lula e o PT parecem ser uma e a mesma coisa. Seguindo este raciocínio, André Singer considera que o lulismo percebera que a galvanização eleitoral das classes médias urbanas mais escolarizadas teria de ser acompanhado pela “normalização” do discurso, o que levaria à aliança com o Partido Liberal e à *Carta ao Povo Brasileiro*⁵². O discurso moderado e alargado permitiu a vitória em 2002, onde o voto do PT para o legislativo acompanha o voto de Lula; onde a aceitação das políticas económicas de Fernando Henrique Cardoso culmina com a adoção das novas leis da finança internacional; onde, após o controlo centralizador de José Dirceu e a profissionalização política, o PT finalmente atinge o epíteto de partido *catch-all*; onde o partido reconhece estrategicamente as forças que lhe tinham sido alheias desde 1989. No entanto, ficam ainda de fora as classes mais desfavorecidas, as mesmas que até 2006 tinham em toda a história do Brasil preferido apoiar partidos conservadores. Não é por acaso que logo após a derrota nas presidenciais de 1989, Lula tenha dito que “a verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade”⁵³. É esta alteração no sistema partidário operada pela estratégia governativa de Lula que definiria a separação entre o lulismo e o petismo.

LULISMO E PETISMO OU AS DUAS FACES DO PT NO GOVERNO

O primeiro mandato de Lula (2002-2006) teve o dom de prosseguir as políticas económicas dos dois governos anteriores (1994-2002), consolidando-as mas

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 189.

⁵¹ Samuels, David (2004). “From socialism to social-democracy? The evolution of the Workers’ Party in Brazil”. *Comparative Political Studies*, 37:9, pp. 999-1024.

⁵² Singer, André (2009). “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos*, 85. p. 90.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 87.



incluindo um Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que lançaria, entre outros, o famosíssimo Programa Bolsa Família⁵⁴. No entanto, todo o trabalho desenvolvido pelo governado liderado por Lula e pelo PT só teve razão de ser porque o partido tinha, ainda antes de 2002, atingido o nível de organização mais centralizado da sua história. Não é por acaso que Lula reconhece José Dirceu como o seu braço direito no governo depois de este ter transformado o partido, galvanizando a vitória eleitoral.

A par desta centralização, surge uma divisão que toma corpo no governo e na mobilização eleitoral; essa é aquela que divide lulismo e petismo e que ganha expressão simbólica com a *Carta ao Povo Brasileiro*. No entanto, os resultados eleitorais de Lula na presidência e do PT no legislativo diluem as contradições entre os dois movimentos. O encontro entre o estrato social e escolar dos votantes e a distribuição geográfica entre a eleição de Lula e dos deputados petistas é bastante aproximada⁵⁵; já para a reeleição de 2006 o cenário não se repete, o que leva André Singer a falar de um realinhamento eleitoral entre as eleições. Este realinhamento corresponde a uma alteração geográfica, ideológica e sociológica do voto em Lula. Na reeleição, Lula atinge os estratos mais pobres, tornando-se um símbolo da ascensão socioeconómica do Brasil. Não seria apenas a governação que alteraria este cenário, mas também o mensalão que, desertificando os apoiantes mais diretos de Lula como Dirceu, leva o presidente a isolar-se do PT e a utilizar a sua força de mobilização social e eleitoral entre as classes mais pobres. Ao alterar o tipo de mobilização eleitoral, Lula e o lulismo separam-se claramente do PT e do petismo, revisitando fenómenos históricos como o varguismo. Desta forma, a perda dos setores da classe média e das pessoas mais escolarizadas seria compensada pelo conservadorismo dos mais pobres, tal como o voto da esquerda seria compensado pelo crescimento do voto centrista e direitista.

Paralelamente ao crescimento do voto entre as classes mais pobres, Lula consegue pela primeira vez na história do PT garantir forte apoio no Nordeste em 2006⁵⁶. Juarez Guimarães resume magistralmente esta dinâmica ao dizer que “o PT tornou-se nos últimos anos mais nacional, mais brasileiro, mais sertão, mais samba, mais negro, mais nordestino e mais amazônico, mais agrário”. Desta forma, Lula e o lulismo mergulharam no pragmatismo, seguindo o seu “grupo dominante” desde finais da década de 1980⁵⁷. É este pragmatismo equilibrista entre a política económica (o BNDES e o apoio à internacionalização de empresas) e o desenvolvimento social que permite a

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 93.

⁵⁵ Hunter, Wendy e Power, Timothy (2007). “Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1.

⁵⁶ Jacob, Cesar Romero, Hees, Dora Rodrigues, Waniez, Philippe e Brustlein, Violette (2009). “A eleição presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral”. *Alceu*, no. 19, pp. 259-260.

⁵⁷ Singer, André (2011), op. Cit., p. 252.

produção, o crescimento e a distribuição de renda. O que leva a considerar que o paralelismo entre o petismo e o lulismo teve razão de ser nos governos de Lula e tem-no ainda no atual governo de Dilma Rousseff. Não é por acaso que nos cartazes das presidenciais de 2010, Lula empreste a sua cara ao lado de Dilma. E também não é por acaso que a eleição de Dilma se faça no Norte e Nordeste do país. Pese embora a acusação de pragmatismo, Lula foi capaz de fazer o que ele próprio apelida de “política do óbvio”, pois sem crescimento económico como é que se consegue distribuir renda?

O IMPACTO DO LULISMO E DO PT NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Ainda na última eleição municipal em São Paulo, muito se falou do apoio que Lula deu ao candidato do PT agora vencedor, Fernando Haddad. A conquista de votos na periferia e entre a classe média, demonstra que o casamento entre lulismo e petismo dá frutos eleitorais. O impacto do lulismo na política brasileira consolidou o PT em todos os planos eleitorais, desertificando o centro e conquistando votos à direita. Este processo aglutinador acaba por isolar o PMDB e o PSDB, especialmente este último que tem ganho espaço entre os eleitores de renda alta e parte da classe média urbana, no entanto, sem conseguir fazer vencer o seu discurso social democrata. Contrariando a maioria dos partidos social-democratas da América Latina, o PT possui apoio sindical o que lhe permite, contrariamente ao PSDB, consolidar-se entre a esquerda. O PMDB, ainda o maior partido brasileiro em representação local e número de militantes, surge como o grande aliado do PT para o executivo e legislativo nos últimos dez anos. No entanto, o realinhamento eleitoral entre 2002 e 2006 também produziu as dissidências na esquerda do PT. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a campanha presidencial de Marina Silva são exemplos paradigmáticos de expulsões e dissidências provocadas logo no primeiro governo de Lula e demonstram a força que a alteração do discurso teve em diversos setores esquerdistas.

A evolução do PT dentro do sistema partidário brasileiro acompanha uma estratégia de sobrevivência que tem raízes nas tendências da história do Brasil. O PT pragmatizou o seu discurso de forma a atingir diferentes eleitorados; mesclou-se internamente e externamente através de diferentes confluências ideológicas de esquerda e centro-esquerda, procurando alianças eleitorais transversais; tornou-se conservador ao conseguir o voto no Nordeste⁵⁸; transformou o Estado ocupando determinados setores. Neste cenário, o PT consolidou-se como uma narrativa brasileira.

⁵⁸ Conseguindo este ano nas eleições municipais ser o partido com mais prefeitos no estado da Bahia.



OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

BERNARDES, Bruno G. «A História do Partido dos Trabalhadores: Uma Narrativa Brasileira»,
Working Paper #XXXXX, Observatório Político, publicado em XX/X/201X, URL:
www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.